

Comunicação a apresentada no
IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação
18 de Fevereiro de 1998

Autoria:

Maria João Gomes

Instituto de Educação e Psicologia - Campus de Gualtar
Universidade do Minho 4710 Braga
Tel.(053) 604241 E-mail: mjgomes@iep.uminho.pt

Paulo Dias

Instituto de Educação e Psicologia - Campus de Gualtar
Universidade do Minho 4710 Braga
Tel.(053) 604241 E-mail: pdias@iep.uminho.pt

Título:

Formar a distância no ensino superior: um discurso de opinião, uma reflexão partilhada e uma experiência em curso¹

Resumo:

Apesar dos conceitos de "ensino a distância" e de "aprendizagem ao longo da vida" não serem novos (havendo mesmo quem sugira que poderão remontar às primeiras cartas de S. Paulo aos Coríntios! Cf. Sherron e Boettcher, 1997), temos vindo a assistir a uma enorme onda de entusiasmo e investimento nestes domínios (recordemos que 1996 foi considerado o "Ano Europeu da Formação ao Longo da Vida"). Esta comunicação pretende discutir as razões deste interesse renovado, enquadrando-as no quadro geral da Sociedade da Aprendizagem e do Conhecimento e no quadro particular das mudanças que se têm vindo a verificar nos sistemas de ensino superior.

Pretende-se propôr e discutir novas alternativas para o ensino e a aprendizagem ao nível do ensino superior, as quais se apresentem mais consentâneas com as necessidades da Sociedade da Aprendizagem e do Conhecimento. Neste contexto, propõem-se metodologias de formação a distância através de ambientes de aprendizagem em rede (via Internet). A questão da formação a distância será discutida como um meio de possibilitar a diversificação curricular, a organização modular de cursos, a flexibilização espacial e temporal dos momentos de formação, a possibilidade da construção de um percurso curricular

individualizado ao nível da formação inicial e contínua no ensino superior, sem prejuízo da qualidade da metodologia e da relação pedagógica.

Concretizando alguns dos pontos de reflexão que se apontaram, serão apresentados os resultados de um primeiro estudo empírico realizado entre o início de Outubro e o final de Dezembro de 1997, no âmbito de uma iniciativa de formação contínua de professores.

1. Introdução

A rápida evolução tecnológica bem como todas as mutações sociais e políticas a que temos vindo a assistir por todo o mundo e, de forma mais próxima, na Europa, têm provocado alterações substanciais nas necessidades de educação e formação, criando novas exigências aos sistemas educativos. Os factores que estão na base destas mutações, são numerosos e de diversa natureza, como refere a Comissão Europeia no seu "White Paper on Education and Training - Teaching and Learning Towards the Learning Society":

À medida que este século se aproxima do seu fim, podemos ver que as causas de mudança na sociedade têm sido diversas e afectaram os nossos sistemas de educação e formação de diferentes modos. Aspectos demográficos conduziram a um aumento da esperança de vida alterando radicalmente a estrutura etária da população, aumentando a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida. O substancial aumento do número de mulheres trabalhadoras alterou o espaço tradicional da família em relação à escola e à educação das crianças. A expansão da inovação tecnológica em todas as áreas gerou requisitos de novos conhecimentos. Os padrões de consumo e os estilos de vida modificaram-se. Em adição, as pessoas estão mais alerta para os problemas ambientais e para o uso dos recursos naturais e isto afectou quer os sistemas de educação e formação quer as actividades industriais." (Comissão Europeia, 1995, p.4).

Todo este conjunto de mudanças sociais, "a substituição de processos produtivos por outros, a introdução de novos métodos e novas tecnologias de produção, o desaparecimento, surgimento e/ou substituição de determinadas funções por outras e a rápida desactualização dos conhecimentos, tornam premente a necessidade de se encararem os processos de formação, actualização e reconversão profissionais como uma necessidade ao longo da vida." (Dias & Gomes, 1996, p.10). Nas palavras de Forsyth (1996, p.5), estamos perante a necessidade e o desafio de transitar do paradigma "da educação e formação para um emprego ao longo da vida, para o novo paradigma da aprendizagem ao longo da vida".

Este contexto de novas exigências de formação afecta não apenas a população já integrada no mercado de trabalho (ou aquela que constitui as fileiras de milhões de desempregados só nos países europeus!) mas afecta também os jovens que "(...) têm

igualmente necessidade de se manterem em permanente evolução de modo a serem capazes de responder às exigências e especificações de novas profissões e manterem-se profissionalmente flexíveis, sendo capazes de se adaptarem às inúmeras mudanças a que forçosamente assistirão durante a sua vida activa" (Dias & Gomes, 1996, p.10).

A necessidade de assumirmos um paradigma de "formação-ao-longo-da-vida" exige "(...) de cada um um esforço para se adaptar. Particularmente em construir as suas próprias qualificações na base de 'blocos de construção' de conhecimentos adquiridos em tempos diferentes e em situações diferentes. **A sociedade do futuro será uma sociedade da aprendizagem.**" (European Commission, 1995, p.2).

Juntamente com a necessidade de consolidar o espírito e a prática da formação contínua, e continuada, surge a necessidade de procurar novos modelos e estratégias de formação que permitam (re)criar condições de formação-ao-longo-da-vida, conciliáveis com as necessidades de formação de uma população alvo já não constituída por jovens em processo de formação inicial mas incorporando números cada vez maiores de cidadãos/trabalhadores à procura de oportunidades de formação passíveis de serem conciliáveis com as suas responsabilidades profissionais, familiares e sociais. No seu "White Paper on Education and Training", a Comissão Europeia admite que "a sociedade do futuro será uma sociedade da aprendizagem" e que "à luz deste facto é evidente que os sistemas educativos - o que significa em primeiro lugar os professores - e todos os envolvidos na formação têm um papel central a desempenhar." (Comissão Europeia, 1995, p.2).

Neste texto, abordaremos algumas das implicações que todo este processo de modificação das condições sociais e tecnológicas traz aos sistemas de formação, debruçando-nos com particular incidência sobre as implicações ao nível da instituição Universitáriaⁱⁱ em geral e particularmente ao nível da formação contínua de professores.

2. O papel do ensino superior na formação contínua

A necessidade de repensar o Ensino Superior e o papel das Universidades é um facto na sociedade portuguesa. Esta necessidade é bem patente numa série de iniciativas promovidas pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (C.R.U.P.) das quais resultou um conjunto de textos de debate focando diversas dimensões das funções e estruturas das Universidades Portuguesas. Intitulam-se estes textos "Repensar o Ensino Superior I - Diversificação, Mobilidade e Organização Curricular", "Repensar o Ensino Superior II - A lei de Autonomia das Universidades" e "Repensar o Ensino Superior III - As Funções da Universidade numa Sociedade em Mudança".

Este último documento é particularmente relevante para nós pelo facto de abordar a questão da necessidade da Universidade assumir responsabilidades no âmbito da formação contínua. O C.R.U.P., no documento "Repensar o Ensino Superior III - As Funções da Universidade numa Sociedade em Mudança", afirma que "devem, pois, as Universidades constituir-se, também, como parceiras na formação contínua e continuada dos cidadãos, de forma a garantir, em simultâneo, a sua mais útil contribuição para a Sociedade e a satisfação das suas necessidades de afirmação no desempenho de múltiplas tarefas, actividades e profissões" (p.22). O mesmo documento prossegue afirmando que "estas novas realidades [a mundialização das trocas, o advento da Sociedade da Informação e a aceleração da revolução científica e técnica] constituem-se como autênticos desafios para os sistemas de formação, implicando alterações estratégicas em termos de perspectivação, investimentos e organização, que consubstanciam uma progressiva diluição das fronteiras entre a formação inicial e a formação permanente, no sentido da construção da Sociedade da Aprendizagem" (p.23).

A questão da formação contínua e das responsabilidades das Universidades nesse domínio é para nós particularmente grata e, de forma especial, no que se refere ao "nicho" da formação contínua de professores. As razões do interesse e atenção particulares que nos merece esta área de actividade prendem-se com três ordens de factores:

- i) o facto da Universidade do Minho, no âmbito da qual exercemos a nossa actividade docente e de investigação, ser uma das Universidades do país com maior actividade ao nível da formação inicial de professores;
- ii) o nosso percurso profissional, o qual nos tem feito acompanhar a formação, quer inicial quer contínua, de professores;
- iii) o facto do estatuto da carreira docente do ensino não superior reconhecer claramente a necessidade da formação contínua, ao ponto de condicionar a progressão na carreira à frequência com aproveitamento de acções de formação devidamente acreditadas para esse efeito.

Assegurar actividades de formação contínua, nomeadamente aos profissionais por cuja formação inicial foram responsáveis, parece-nos um princípio a adoptar sem grandes hesitações pelas instituições do ensino superiorⁱⁱⁱ. O próprio C.R.U.P. , nas conclusões do texto "Repensar o Ensino Superior III - As Funções da Universidade numa Sociedade em Mudança", "defende que a formação ao longo da vida seja inscrita como função da instituição universitária com todas as consequências inerentes a tal opção" (p.41).

3. A formação "just in time" e "just in situ"

A inolvidável necessidade de, em todos os ramos de actividade, se promover a prática e a mentalidade da formação contínua ao longo da vida coloca novas exigências às entidades, sejam de que natureza forem (Universidades, associações profissionais, escolas profissionais, etc...), responsáveis pela promoção dessa formação.

Em primeiro lugar, importa proporcionar condições para a disponibilização de iniciativas de formação "oportunas". A utilização do termo "oportunas" reporta-se aqui a duas perspectivas distintas, a oportunidade (adequação) dos conteúdos/temáticas a explorar e a oportunidade temporal da formação ou seja, a capacidade de proporcionar actividades de formação contínua que respondam rapidamente a novas necessidades de formação, proporcionando um modelo de formação que podemos designar, com a feliz expressão de língua inglesa, por formação "just in time".

Quando se reflecte sobre a necessidade de promover a formação contínua, e continuada, surge a questão da necessidade de criação de modelos de formação "just in situ", modelos capazes de permitir disponibilizar iniciativas de formação nos locais onde se encontram as pessoas que mais necessitam ou anseiam por essa formação, evitando a centralização e os inconvenientes associados à necessidade de deslocar os formandos/profissionais dos seus locais de trabalho para os locais de formação^{iv}. Dentro deste espírito, o próprio C.R.U.P., ao abordar a questão da educação e da formação ao longo da vida, refere que "diversificam-se, assim as áreas e os locais de educação e formação, que podem centrar-se na escola, na empresa ou noutras organizações ou Instituições mais informais, possibilitando aos indivíduos assegurar o seu futuro e o seu sentimento de auto-estima" (CRUP, 1997, p.23).

A formação contínua de profissionais dos mais variados domínios, apresenta um conjunto de implicações que não devem ser esquecidas. Se, por um lado, assegura o desenvolvimento de uma mão de obra mais qualificada e mais competitiva em termos de emprego, por outro lado importa não esquecer os custos, não só financeiros mas também profissionais e familiares, associados à necessidade de compatibilizar formação/trabalho e de realizar deslocações, mais ou menos longínquas, e em horários mais ou menos oportunos, de modo a participar em determinadas iniciativas de formação. Estes condicionantes chamam a atenção para a necessidade de desenvolver estratégias de formação "just-in-situ", expressão aqui usada com um duplo sentido, reportando-se à necessidade de promover a formação na proximidade, ou no próprio local em que os potenciais formandos desenvolvem a sua actividade profissional ou reportando-se à possibilidade de desenvolver oportunidades de "formação a distância", ou seja, mediatizando quer a disponibilização de conteúdos quer a

comunicação formador-formandos e formandos-formandos, "levando" assim as oportunidades de formação para o proximidade dos potenciais formandos.

Sendo a formação contínua um campo em crescente expansão, importa reconhecer que, neste domínio, a formação a distância tem-se vindo progressivamente a afirmar:

"A necessidade de uma actualização contínua e recorrente de conhecimentos e destrezas é uma exigência fundamental da sociedade actual e o ensino a distância, com o seu acesso descentralizado e flexível e a sua estrutura modular tornou-se um meio óbvio de satisfazer esta necessidade", (UNESCO, 1994:29).

No domínio da formação a distância temos vindo a assistir a um interesse crescente das instituições "convencionais"^v de formação, reportando-nos aqui às instituições de ensino superior que tipicamente desenvolvem as suas actividades de educação/formação em regime presencial, por esta modalidade de formação. Sherron e Boettcher (1997) sugerem que este renovado interesse pela formação a distância está a ocorrer por três razões principais: i) a convergência das tecnologias da comunicação e dos computadores; ii) a necessidade dos trabalhadores da era da informação adquirirem novos conhecimentos sem interromperem a sua actividade profissional por longos períodos de tempo e iii) a necessidade de reduzir os custos da educação. Pessoalmente, partilhamos da ideia de que a formação/ensino a distância pode permitir satisfazer as duas primeiras razões evocadas, olhando com alguma reserva a questão da formação a distância conduzir a uma redução dos custos com a educação. Pelo facto de sair fora do âmbito desta comunicação, não discutiremos as razões das nossas reservas em relação a esta última questão mas não queremos deixar de referir que os custos da formação a distância dependem de numerosos factores como sejam os *media* utilizados na mediatização dos conteúdos, o tipo de infra-estruturas e serviços de comunicações adoptados, a possibilidade de se atingir uma economia de escala, o modelo de apoio e acompanhamento tutorial proporcionado, etc...(Para uma discussão sobre aspectos relacionados com os custos da educação/formação a distância consultar: Bates (1997); Dhanarajan *et al.* (1994) e Moore & Thompson (1990)).

A nossa opinião é a de que, a incorporação ou "adopção" de actividades de formação a distância por instituições de ensino superior "convencionais" pode ser um contributo importante para o desenvolvimento da "sociedade da aprendizagem", criando novas oportunidades de formação. Ao nível da formação inicial, a existência de modalidades de formação a distância pode possibilitar a diversificação curricular, a organização modular dos cursos, a flexibilização espacial e temporal dos momentos de formação, a possibilidade de organização de percursos curriculares individualizados. Importa aqui referir que a introdução do sistema de unidades de crédito nas instituições do ensino superior veio criar condições para muitas possibilidades que acabamos de enumerar, mesmo dentro do modelo de formação

presencial^{vi}. Contudo, o ponto de vista que queremos marcar é o de que a flexibilidade resultante de, na formação a distância, não haver necessidade de formador/professor e formandos/alunos se encontrarem em simultâneo no mesmo espaço geográfico e temporal, criar melhores condições para iniciativas neste domínio.

Embora reconhecendo o potencial da adopção e/ou integração de modalidades de formação a distância nas actividades de formação inicial das instituições de ensino superior convencionais, pretendemos com esta comunicação dar particular atenção à vertente da formação contínua, e essencialmente da formação contínua de professores. Ao nível da formação contínua, a formação a distância oferece-nos um cenário de formação com maiores potencialidades de permitir a conciliação da formação contínua com as responsabilidades profissionais, familiares e sociais dos potenciais formandos.

É nossa convicção que existe o "espaço" e a necessidade de as Universidades, e particularmente aquelas com maiores responsabilidades ao nível da formação de professores, repensarem os seus modelos de formação contínua alargando a oferta e as modalidades disponíveis. Os dados que apresentamos de seguida, resultam de uma primeira abordagem a um conjunto de iniciativas de formação contínua a distância que pretendemos levar a cabo no âmbito das nossas actividades de investigação e formação no domínio das potencialidades das redes telemáticas na formação contínua.

4. Uma experiência em curso ...

Mais do que os resultados de um estudo, o que se pretende apresentar aqui são algumas indicações que recolhemos a partir de uma experiência de realização de sessões de formação a distância via Internet integradas num curso de formação contínua de professores o qual decorreu entre o início de Outubro e o final de Dezembro de 1997.

O curso, intitulado "Redes de Comunicação Suportadas por Computador: potencial pedagógico e estratégias de exploração curricular", integrou sessões presenciais e sessões a distância, as quais utilizavam como forma de mediatização de conteúdos/informação e de mediatização da comunicação formador-formandos e formandos-formandos diversos serviços da Internet como sejam o correio electrónico, fóruns de discussão e páginas WWW. As páginas WWW tinham como função essencial a disponibilização e apresentação de materiais pedagógicos (mediatização dos conteúdos) enquanto que os fóruns e o correio electrónico se constituíram como os espaços privilegiados de (mediatização da) comunicação e discussão entre formador e formandos e de formandos entre si. Na figura 1 apresenta-se o écran correspondente à página principal (*homepage*) do *site* de apoio ao curso.

Figura 1



Fig. 1 - Cópia do écran correspondente à página principal (*homepage*) do *site* de apoio ao curso

Participaram no curso 19 formandos de diversas localidades, alguns dos quais (5) residiam e/ou trabalhavam a cerca de 40/50 quilómetros do local de realização das sessões presenciais.

O curso integrou sessões presenciais e sessões a distância as quais implicavam a acesso a um computador com ligação à Internet e possibilidade de aceder a páginas WWW, correio electrónico, serviços de News e de IRC. Todos os formandos tinham na escola em que leccionavam pelo menos um computador nestas condições. Dois dos formandos tinham acesso à Internet também a partir de casa.

As sessões a distância consistiam, tipicamente, na realização de tarefas de pesquisa de informação, leitura e crítica de texto e participação em fóruns de discussão relacionados com as temáticas em análise. Na figura 2 pode visualizar o aspecto geral da página de acesso aos fóruns de discussão promovidos no âmbito deste curso.

Figura 2

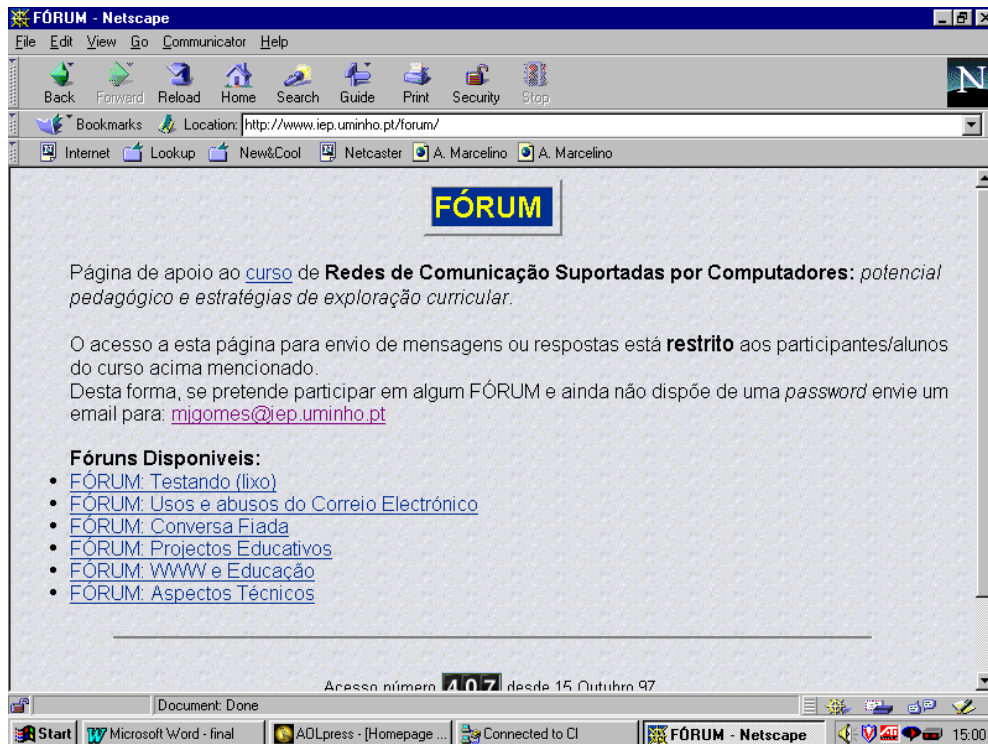


Fig. 2 - Aspecto geral da página de acesso aos fóruns de discussão

As actividades a desenvolver nas sessões a distância podiam ser executadas de acordo com as suas disponibilidades pessoais, e/ou, como se constatou ao longo do curso, de acordo com a possibilidade de utilizar a um computador com acesso à Internet.

Ao longo de todo o curso fomos registando com cuidado os problemas e dificuldades que iam surgindo, particularmente quando os formandos eram solicitados para realizarem actividades à distância, em substituição das actividades de carácter presencial. Pretendemos aqui "dar notícia" de algumas constatações que fomos fazendo, bem como de algumas informações relevantes que recolhemos através de uma observação e registo das actividades realizadas (quer nas sessões presenciais quer nas sessões a distância), através da troca de impressões com os próprios formandos, e através de um questionário que estes preencheram de forma voluntária e anónima. É nosso objectivo com esta comunicação, partilhar alguma da experiência adquirida a qual, eventualmente, poderá ser um contributo para novos projectos e investigações no domínio da utilização da Internet na formação contínua de professores, no actual contexto educativo português.

De entre os aspectos em relação aos quais fomos procurando fazer registos e recolher informação (através de questionários - 17 respostas de entre um total de 19 formandos - e trocas informais de opinião com os formandos) daremos aqui conta dos seguintes:

- i) principais vantagens e principais desvantagens que os formandos encontraram na existência de sessões a distância;
- ii) principais dificuldades encontradas na realização das actividades à distância;
- iii) importância atribuída à existência de sessões a distância,
- iv) diversos aspectos relacionados com a gestão do tempo disponível para actividades de formação.

i) Principais vantagens e principais desvantagens que os formandos encontraram na existência de sessões a distância.

As vantagens que os formandos referiram encontrar na existência de sessões a distância (em substituição de sessões presenciais) foram as seguintes:

- Ausência de horário/flexibilidade de gestão do tempo (8 referências)
- Maior comodidade/menor esforço físico (6 referências)
- Economia de tempo por evitar deslocações (5 referências)
- Não ter limite de tempo para realizar as actividades/tarefas (5 referências)
- Menores gastos financeiros (3 referências)

Para além das "vantagens" indicadas pelos formandos e que acabámos de enunciar, surge também a referência à possibilidade de "praticar de forma autónoma" (6 referências), "testar conhecimentos adquiridos" (5 referências), "concretizar aprendizagens" (5 referências), referências que nos parecem de carácter distinto das que enunciamos em primeiro lugar. Esta distinção advém do facto de, enquanto as primeiras "vantagens" evocadas e que referenciamos acima se prendem com a natureza das actividades e das características do modelo de formação adoptado - formação a distância - estas últimas referências parecem estar, como pudemos confirmar em trocas de impressões com os formandos, relacionadas com a própria temática do curso a qual incluía o conhecimento, exploração e utilização de diversos serviços e ferramentas de comunicação e acesso à informação a distância. Assim, o facto das sessões a distância implicarem a utilização desses serviços (nomeadamente a utilização de correio electrónico, a participação em fóruns de discussão, o acesso e consulta de páginas WWW, a utilização de "motores de pesquisa" na Internet, etc...) parece ter sido encarado por muitos dos formandos como uma ocasião privilegiada de prática e de "aprender fazendo". Esta constatação, evidentemente, não nos surpreende, pois um dos objectivos da existência das referidas sessões a distância era exactamente proporcionar esse contexto de prática/aprendizagem autónoma e individual.

Quanto às "desvantagens" que os formandos referiram encontrar na existência de sessões/actividades a distância, as razões evocadas são as seguintes.

- Impossibilidade de obter esclarecimento imediato das dúvidas/problemas ou de trocar opiniões (7 referências);
- Limitações no acesso ao computador com ligação à Internet (essencialmente devido ao horário de funcionamento da biblioteca, local onde se encontrava localizado o computador disponível) (6 referências);
- Dificuldades técnicas com o acesso à Internet (5 referências) ou ao correio electrónico (1 referência);
- Falta de acesso à Internet a partir de casa (3 referências).
- A juntar às limitações de acesso resultantes do computador se localizar na biblioteca da escola, existe uma referência ao facto da escola se localizar bastante longe de casa o que funciona igualmente como uma limitação.

Importa referir que, se atentarmos com cuidado nas referências às "desvantagens" das sessões a distância, podemos constatar que um número significativo dessas referências prende-se com questões relativas a limitações de vária ordem no que concerne ao acesso à Internet. (As referências apontam quer para limitações de ordem técnica quer para limitações resultantes da localização do computador com ligação à Internet). Não podemos esquecer que as sessões a distância eram suportadas via Internet, quer no que concerne à componente de acesso e disponibilização de informação relevante para o curso quer no que se refere aos serviços de comunicação e debate entre formador/formandos e dos formandos entre si. Assim, parece-nos que será lícito pressupor que, criadas as condições de acesso ideais (as quais poderão passar pela possibilidade de acesso à Internet a partir de casa), de entre as desvantagens evocadas, apenas permanecerá relevante à questão da "impossibilidade de obter esclarecimento imediato das dúvidas/problemas ou de trocar opiniões" (7 referências) e, em menor escala, a existência de algumas dificuldades técnicas com o acesso. As referências à "impossibilidade de obter esclarecimento imediato das dúvidas/problemas ou de trocar opiniões", parecem-nos muito relevantes uma vez que estão de modo mais directo relacionadas com as características dos modelos de formação a distância. De facto, as referências centradas nas questões das dificuldades técnicas ou de acesso ao computador são de carácter mais conjuntural do que propriamente uma especificidade do modelo de formação a distância que foi adoptado. Esta interpretação parece-nos ser suportada pelo facto de este tipo de referências surgir igualmente quando é pedido aos formandos que indiquem quais foram as "principais dificuldades encontradas na realização das actividades à distância".

Sem pretender "pesar", de forma que forçosamente não deixaria de ser imprecisa e parcial, o "saldo" entre as "vantagens" e as "desvantagens" que os formandos manifestaram em relação às sessões a distância, queremos contudo referir que, quando inquiridos se estariam interessados em participar em outros cursos de formação que contemplassem a existência de sessões a distância via Internet (explicitando que seria uma razão de 20 horas presenciais *versus* 30 horas a distância) as respostas obtidas (de um total de 17) foram unânimes em afirmar que "estariam interessados".

ii) principais dificuldades encontradas na realização das actividades a distância;

Na análise das respostas ao pedido de indicação das principais dificuldades encontradas na realização das actividades a distância podemos constatar que, em termos gerais, muitos dos formandos "identificaram" esta questão com a questão referente às "desvantagens" das sessões a distância de modo que se verificou a existência de referências comuns relativamente a estas duas questões.

Assim as dificuldades apontadas foram as seguintes:

- Dificuldades técnicas com a ligação à Internet (4 referências);
- Dificuldades de acesso ao servidor e lentidão no acesso; (4 referências);
- Indisponibilidade do computador da escola; (4 referências).

A juntar às dificuldades encontradas de natureza técnica, encontram-se referências a limitações que dizem respeito de, forma mais directa, com a questão da realização de sessões de aprendizagem à distância:

- "Só poder tirar dúvidas mais tarde" (4 referências), e
- "Inexperiência, o que dificultava a actividades de pesquisa de informação" (4 referências).

Note-se que enquanto esta última referência está de algum modo relacionada com a pouca experiência dos formandos na utilização de ferramentas de pesquisa de informação na Internet (um dos tópicos de aprendizagem que integrava o curso, e portanto um dos "conteúdos" do mesmo a aprender), a referência a "só poder tirar dúvidas mais tarde" não tem qualquer relação com as temáticas em estudo sendo que, independentemente do conteúdo e do processo de mediação da informação/conteúdos a aprender, esta dificuldade é típica de qualquer modelo de formação a distância não sendo exequível, na prática, a disponibilidade permanente de um professor/tutor para esclarecimento de dificuldades ou dúvidas.

iii) importância atribuída à existência de sessões à distância.

No que se refere à importância que os formandos atribuíram à existência de sessões a distância, praticamente todos referem considerar que a sua existência foi "importante" (10 referências) ou "muito importante" (5 referências) sendo que as razões que apontam para terem atribuído essa importância se prendem com o facto de as sessões a distância implicarem a utilização de serviços da Internet (acesso a páginas WWW, utilização de correio electrónico, participação em fóruns, etc...) os quais estavam também a ser objecto de estudo e exploração no âmbito dos cursos. O facto, propositado, de se utilizarem as potencialidades dos vários serviços disponíveis na Internet para promover a formação no âmbito temático do curso, que, recordamos, se designava "Redes de Comunicação Suportada por Computadores: potencial pedagógico e estratégias de exploração curricular" parece estar na subjacente às referências que os formandos fazem ao facto de que:

- Os objectivos do curso não se alcançariam de outro modo (2 referências)
- Foi importante aprender e praticar fazendo (12 referências).

Dois formandos não clarificaram a importância que atribuíram às sessões a distância afirmando apenas que estas sessões "foram diferentes, mas o contacto pessoal é muito importante".

iv) diversos aspectos relacionados com a gestão do tempo disponível para actividades de formação.

Uma das questões que se nos colocaram desde o início, quando decidimos introduzir algumas sessões não presenciais no âmbito deste curso, relacionava-se com a maneira como os formandos encarariam, em termos de flexibilidade de gestão do seu tempo, a adopção de um modelo de formação a distância. A este nível interessava-nos saber se os formandos consideravam ter sido mais ou menos fácil disponibilizarem tempo para as actividades de formação. Recorde-se que os formandos participaram no curso mantendo sempre a sua actividade profissional, sendo que as sessões presenciais tinham lugar em horário pós-laboral às quartas-feiras das 19h até às 21h e aos sábados das 9h até às 13 horas.

Perante a questão de lhes ter sido mais ou menos fácil disporem de tempo para participarem nas actividades de formação a distância, 8 dos formandos responderam que lhes foi mais fácil disporem de tempo para as sessões a distância enquanto 9 responderam que "foi mais fácil arranjar tempo para participarem nas sessões presenciais".

De entre os formandos que afirmaram ter-lhes sido mais fácil dispor de tempo para as sessões a distância, 6 justificam a sua resposta no facto de poderem gerir o seu próprio tempo, acedendo às páginas do curso e realizando as actividades previstas quando lhes era mais conveniente. Dois outros formandos justificaram a sua resposta com base no facto de não

terem que se deslocar, quando as sessões/actividades não eram presenciais (relembra-se que alguns dos formandos tinham que viajar 40/50 quilómetros para participarem nas sessões presenciais).

Os formandos (9) que afirmam ter sido mais fácil disporem de tempo para participarem nas sessões presenciais apontam como principal razão o facto de, nas sessões a distância necessitarem de utilizar o computador da biblioteca da escola (na generalidade dos casos o único local onde os formandos tinham acesso à Internet) o que os limitava ao horário de funcionamento da mesma (7 referências). Dois outros formandos indicam que lhes era mais fácil participar nas sessões presenciais pelo facto de residirem mais próximo do local de formação do que da escola, onde precisavam de se deslocar para aceder à Internet.

5. Algumas ideias finais.

A informação e experiência obtida com esta iniciativa no sentido da utilização da Internet em contexto de formação contínua de professores, fez crescer em nós a vontade de desenvolver mais actividades neste domínio que se nos afigura como promissor no desenvolvimento de alternativas de formação que permitam diversificar e flexibilizar a oferta de formação, sem limitar os professores às oportunidades de formação disponível na sua área de residência e/ou de trabalho, permitindo que, quando existir oferta de qualidade e em número suficiente, cada professor possa efectivamente construir o seu próprio percurso de formação, livre dos constrangimentos da oferta disponível na proximidade geográfica ou compatível com horários profissionais e/ou familiares. Contudo, torna-se necessário criar condições para que factores como sejam os constrangimentos organizacionais da escola (por exemplo, acesso à Internet condicionado pelo horário da biblioteca escolar), as condições técnicas de acesso ou a distância de casa à escola não constituam factores de desvirtualização da flexibilidade que, em termos de gestão de tempos e espaços de formação, a formação à distância via Internet pode permitir.

6. Referências bibliográficas.

Bates, T. (1995). **Technology, Open Learning and Distance Education**. London: Routledge, Routledge Studies in Distance Education.

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (1996). **Repensar o Ensino Superior I: Diversificação, Mobilidade e Organização Curricular**. Produzido e divulgado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Maio de 1996.

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (1996). **Repensar o Ensino Superior II: A Autonomia das Universidades**. Produzido e divulgado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Outubro de 1996.

- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (1996). **Repensar o Ensino Superior III: As Funções da Universidade numa Sociedade em Mudança**. Produzido e divulgado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Julho de 1997.
- Dhanarajan et al. (eds.) (1994). **Economics of Distance Education: Recent Experience**. Hong Kong: Open Learning Institute Press.
- Dias, P. & Gomes, M.J. (1996). **Associação Industrial Portuense - Formação a Distância - Plano de Desenvolvimento Estratégico**. Documento de circulação restricta.
- European Commission (1996). **White Paper on Education and Training - Teaching and Learning Towards the Learning Society**. (Impresso a partir da Internet).
- Moore, M.G. / Thompson, M.M. (1990). **The Effects of Distance Learning: revised edition**. ACSDE Research Monograph N°15. The Pennsylvania State University. The American Center for the Study of Distance Education. University Park.
- Sherron, G. & Boettcher (1997). **Distance Learning: The Shift to Interactivity**. CAUSE Publications: CAUSE Professional Paper Series, n°17.
- UNESCO (1994). **The Use of Electronic Information Technologies in Open and Distance Education - Prospects and Policy Consideration**. Consultation on Distance education and Information Technologies - Discussion Documente, UNESCO / CII, 13 SEPTEMBER 1994.

ⁱ Esta comunicação insere-se no âmbito do programa de estudos de doutoramento da autora Maria João Gomes. Este programa de estudos é financiado pelo PRODEP.

ⁱⁱ As considerações que aqui se fazem reportam-se em muitos casos à formação contínua de professores não sendo relevante a distinção entre Universidades e outras instituições do Ensino Superior com preocupações e responsabilidades neste domínio de formação.

ⁱⁱⁱ Não ignorámos que as Universidades em geral, e a Universidade do Minho em particular, têm desenvolvido bastante algumas das vertentes de que se pode revestir a formação contínua nomeadamente ao nível da realização de cursos de mestrado e pós-graduações de diversa natureza. Na verdade, tem-se vindo a registar um crescimento significativo da actividade da Universidade neste domínio.

^{iv} Em Portugal, no campo do ensino não superior, estamos nesta altura, início de 1998, exactamente perante uma situação em que as necessidades de iniciativas de formação "just-in-time" e "just-in-situ" se fazem sentir de forma notória, particularmente em algumas áreas de conhecimento. A implementação do programa "Internet nas escolas", iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, que dotou todas as escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e as escolas secundárias de um computador multimédia ligado à Internet, dando assim cumprimento a uma das medidas estabelecidas no livro verde para a "Sociedade da Informação em Portugal", veio criar a necessidade de, de forma rápida e sem prejuízo das "faltas" proporcionar oportunidades de formação a um grande número de professores relativamente às potencialidades de exploração pedagógica dos recursos e serviços disponíveis na Internet.

^v A adopção da designação de Universidades "convencionais" não tem neste texto qualquer carácter valorativo pretendendo apenas fazer referência às Universidades (ou outras instituições de Ensino Superior) que seguem modelos de formação tipicamente presenciais.

^{vi} Para uma discussão sobre o Sistema Português de Unidades de Crédito e a sua aplicação nas instituições do ensino superior, consultar o documento "Repensar o Ensino Superior I: Diversificação, Mobilidade e Organização Curricular", produzido pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, em Maio de 1996.